

Ajuste precede desindexação, diz Cardoso

Ministro reafirma que prioridade da política econômica é o combate à inflação e diz reconhecer que a alta dos preços agrava o problema da concentração de renda no País

FABIO PAHIM JR.

WASHINGTON — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional, que realiza as sessões preparatórias à 48ª Assembléia Anual do FMI—Banco Mundial, em Washington que “o alto grau de indexação formal e informal da economia brasileira não pode ser abolido sem primeiro eliminar-se a causa profunda da inflação, qual seja, o déficit do setor público”.

E acrescentou: “Seria contraproducente, portanto, recorreremos a mudanças artificiais nas regras

de desindexação.” No entender do ministro, “o aumento da credibilidade resultante de uma mudança real no regime fiscal é o elemento que tornará possível criar um clima favorável para uma ação coordenada de estabilização da economia”. Assinalou que “o objetivo principal de política econômica continua a ser a luta contra a inflação”, admitindo que “os segmentos mais pobres da população não têm acesso aos mecanismos protetores da indexação”, o que agrava a concentração de renda.

Cardoso enfatizou que o Brasil considera “a normalização de suas relações com a comunidade financeira internacional como um ele-

mento essencial de seu programa de reformas” e anunciou que o programa de privatização “será acelerado” de várias maneiras. “Isso compreenderá a adoção de novas formas de privatização como alternativa aos leilões públicos e sua extensão a novas áreas, especialmente no campo da concessão de serviços públicos”, disse. “Novas fontes de financiamento serão exploradas, e nós também pretendemos institucionalizar novos critérios com vistas a evitar os potenciais efeitos negativos da privatização sobre a concorrência.”

O apoio da sociedade ao programa

econômico é esperado pelo ministro. Ele previu que “o Congresso vá se ajustar a isso”. As maiorias, disse, “se formarão para isso e o presidente dará apoio para que o Brasil supere as dificuldades”.

Sobre a possibilidade de a reforma constitucional não sair, declara-

rou: “É uma decisão do Congresso”. Mas acrescentou que “sem revisão será preciso uma emenda”. Para ele, “não estão em jogo a democracia e os direitos sociais, mas os engarrafamentos”. A Constituição, disse, “foi feita para ser revista cinco anos depois e é esse o Congresso que tem o poder para isso”.

PROGRAMA
NACIONAL DE
PRIVATIZAÇÃO
SERÁ
ACELERADO E
ESTENDIDO A
SERVIÇOS